



Viseu, 03 de outubro de 2019

ALTERAÇÃO AOS CÓDIGOS FISCAIS

Foi publicada no dia 18 de setembro a Lei nº119/2019, que introduziu alterações a variados códigos fiscais, das quais damos conhecimento aos nossos associados.

CÓDIGO DO IVA – ALTERAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO

A partir do dia 1 de outubro de 2019, data da entrada em vigor, desta Lei, o prazo de pagamento do IVA passa a estar desfasado em 5 dias em relação ao prazo das declarações periódicas.

Assim, os prazos passam a ser os seguintes:

- Até ao dia 15 (atualmente 10) do 2º mês seguintes àquele a que respeitam as operações, para sujeitos passivos do regime mensal.
- Até ao dia 20 (atualmente dia 15) do 2º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações dos sujeitos passivos sujeitos ao regime trimestral.

Saliente-se que esta alteração apenas respeita ao prazo de pagamento, mantendo-se inalterado o prazo de entrega da declaração.

Esta alteração entra em vigor no dia 1 de outubro de 2019.

Exemplo para sujeito passivo enquadrado no regime mensal:

	Declaração periódica de julho	Pagamento do IVA	Declaração periódica de agosto	Pagamento do IVA
REGIME MENSAL	Até 10 de setembro de 2019	Até 10 de setembro de 2019	Até 10 de outubro de 2019	Até 15 de outubro de 2019

Exemplo para sujeito passivo enquadrado no regime trimestral:

	Declaração periódica de julho	Pagamento do IVA	Declaração periódica de agosto	Pagamento do IVA
REGIME TRIMESTRAL	Até 15 de agosto 2019	Até 15 de agosto 2019	Até 15 de novembro 2019	Até 20 de novembro 2019

CÓDIGO DO IRS

• ALTERAÇÕES À CATEGORIA G

As indemnizações por danos não patrimoniais (com exceção das fixadas por decisão judicial ou arbitral ou resultantes de acordo homologado judicialmente), de danos emergentes não comprovados e de lucros cessantes e ainda as indemnizações por renúncia onerosa posi-

ções contratuais relativas a imóveis **passam a ser tributadas no âmbito da categoria G no ano em que são pagas ou colocadas à disposição.**

• ALTERAÇÕES À CATEGORIA F

Adaptação do dever declarativo de reinvestimento do valor de realização de mais-valias relativas a imóveis destinados a habitação própria e permanente ao prazo já atualmente previsto no Artigo 10º.

• RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES

No que respeita à tributação de rendimentos de anos anteriores, permite-se agora a entrega de declarações de substituição relativamente aos anos em causa, até ao limite de 5 anos anteriores ao pagamento, não se aplicando esta possibilidade aos rendimentos litigiosos. Foi também criado um regime de retenção na fonte autónoma para pensões de anos anteriores em articulação com a alteração ao regime de tributação final dos rendimentos de anos anteriores com origem em pensões.

• NÃO RESIDENTE FISCAL

Introduziu-se uma alteração ao regime de prova da qualidade de não residente fiscal para efeitos de aplicação de convenções para evitar a dupla tributação e outros acordos de direito internacional, que passa a ser feita através da entrega de dois documentos: um modelo específico português e documento comprovativo da residência fiscal.

Foram também efetuadas alterações aos Artigos 22º, 58º, 81º e 119º, mas que se traduzem apenas em correções às remissões legislativas e não a alterações inovadoras.

Estas alterações entram em vigor em 1 de outubro de 2019.

CÓDIGO DO IRC:

• PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Nesta matéria foram introduzidas alterações significativas ao seu regime substantivo e sancionatório, destacando-se as seguintes:

- Inclusão de operações comerciais e financeiras que devem cumprir o princípio de plena concorrência, nomeadamente, reestruturações de negócio, renegociação ou cessação de contratos intragrupo, transferências de ativos tangíveis e intangíveis e de direitos sobre ativos intangíveis e compensações por danos emergentes ou lucros cessantes.

- Deixa de ser aplicável a hierarquia de seleção dos métodos de determinação dos preços de transferência, passando a considerar-se a possibilidade de seleção de outros métodos para transações com características únicas ou sempre que não exista informação fiável disponível que permita uma melhor comparação.

- O Anexo H à IES deverá ser alterado para incorporar as alterações ao regime substantivo.

- Para os sujeitos passivos acompanhados pela Unidade dos Grandes Contribuintes, passa a ser obrigatório proceder à entrega da documentação fiscal de preços de transferência à AT, até ao 15º dia do sétimo mês após o termo do período de tributação.

- As regras de referência referentes aos acordos prévios de preços de transferência são alteradas no sentido de que qualquer novo acordo é válido por um período de 4 anos (anteriormente 3 anos); prevê-se ainda a troca de informação relativamente aos termos e condições acordados num acordo com outras jurisdições, em conformidade com as obrigações em matéria de troca de informação para efeitos fiscais a que o Estado Português se encontra vinculado.

- As contraordenações relativas à falta de apresentação da documentação de preços de transferência, modelos 54 e 55, são aumentadas, prevendo-se que sejam acrescidas de 5% do valor da infração por cada dia de atraso no cumprimento das obrigações em causa.

- **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NEGATIVAS**

É reformulada a extensão subjetiva da aplicação da tributação dos rendimentos decorrentes de redução do valor do capital em dívida de obrigações e outros títulos subordinados, desde que não atribuam ao respetivo titular o direito a receber dividendos nem direito de voto em assembleia geral de acionistas e não sejam convertíveis em partes sociais.

- **NÃO RESIDENTE FISCAL**

São também introduzidas alterações ao regime de prova da qualidade de não residente fiscal para efeitos de aplicação de convenções para evitar a dupla tributação e outros acordos de direito internacional, que passa a ser feita através de 2 documentos: Um modelo específico português e um documento comprovativo da residência fiscal emitido pelas autoridades fiscais do outro estado.

- **ADITAMENTO DO ARTIGO 143.º – VOLUME DE NEGÓCIOS**

Adita-se um novo conceito de volume de negócios, considerando-se as especificidades das rendas das propriedades de investimento e do rédito obtido pelas entidades do setor financeiro. Esta definição é relevante para efeitos do cálculo do pagamento especial por conta e outras disposições do Código do IRC, tais como limites de benefícios fiscais.

Estas alterações entram em vigor em 1 de outubro de 2019.

CÓDIGO DO IMPOSTO DE SELO:

- **GARANTIAS**

Foi reformulado o conjunto de garantias processuais em matéria de Imposto de Selo, que inclui a possibilidade de entrega de declarações de substituição e a reclamação graciosa por erro na autoliquidação, sendo revogado o mecanismo da compensação (estando, no entanto, estabelecido um regime transitório para períodos anteriores à data da entrada em vigor da declaração mensal de imposto de selo).

É introduzido um mecanismo de declaração de substituição como forma de efetuar retificações do montante de imposto após a liquidação. As declarações de substituição podem ser substituídas a todo o tempo em caso de ser devido imposto superior ao declarado e no prazo de 1 ano quando da alteração resulte imposto inferior ao declarado.

É também introduzida a possibilidade de apresentação de reclamações graciosas nos termos gerais do direito.

- **DECLARAÇÃO MENSAL DE IMPOSTO DE SELO**

No dia 01/10/2019 foi publicada a [Portaria 339/2019](#), que aprova o Modelo Oficial da Declaração Mensal de Imposto de Selo e respetivas instruções de preenchimento, a que se refere o nº2 do Artigo 52º-A do Código do Imposto de Selo.

A apresentação da Declaração Mensal de Imposto de Selo deve ser efetuada pelos sujeitos passivos que realizem operações sujeitas a imposto de selo, mesmo que as mesmas estejam isentas.

Esta declaração é exclusivamente apresentada por transmissão eletrónica de dados através do Portal das Finanças.

- **ALTERAÇÃO À TABELA GERAL DO IMPOSTO DE SELO**

Os prémios de bingo online passam a ficar excluídos de imposto de selo.

Estas alterações entram em vigor em 1 de janeiro de 2020.

CÓDIGO DO IMI:

- **HERANÇA INDIVISA**

Em relação aos imóveis de heranças indivisas, passam a constar da matriz predial não apenas o nº de identificação fiscal da herança indi-

visa, mas também o dos herdeiros e as respetivas quotas-partes.

• TAXAS /PRÉDIOS DEVOLUTOS

É elevada para o triplo, a taxa do IMI no caso de prédios devolutos há mais de 1 ano ou de prédios em ruínas.

Também se aplica aos prédios parcialmente devolutos.

• ALTERAÇÕES DIVERSAS

Os Advogados e Solicitadores passam a ter direito à informação das cadernetas prediais em casos de interesse efetivo dos respetivos clientes e quando sujeitos a deveres de confidencialidade relativamente à informação que consultam.

Relativamente aos contratos habitacionais e não habitacionais cuja renda é atualizada em função do rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, o valor do IMI a pagar pelo senhorio poderá ser indexado ao valor que resulte da capitalização da renda anual através da aplicação do fator 15 desde que este resultado seja inferior ao valor patrimonial tributário.

Estas alterações entram em vigor em 1 de outubro de 2019.

IUC:

• INCIDÊNCIA

As categorias de veículos sobre os quais incide o IUC passam a incluir veículos matriculados pela 1ª vez não só no território nacional mas também num Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.

• TAXAS CATEGORIA B

São também alteradas as taxas do IUC sobre os veículos da categoria B objeto de uma 1ª matrícula noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu a partir de 2017.

Estas alterações entram em vigor em 1 de janeiro de 2020.

RGIT:

• ARTIGO 116º

A falta de entrega pelas instituições de crédito e sociedades financeiras da informação relativa ao valor dos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e débito ou outros meios de pagamento eletrónico efetuados a sujeitos passivos da categoria B de IRS e IRC, sem por qualquer forma identificar os mandantes da ordem, são punidos pela coima mais agravada de € 3.000 a € 165.000.

• ARTIGO 117º

A falta de entrega de documentos passa a incluir na sua estatuição, todas as declarações, comunicações, registos ou guias em formato digital.

CPPT – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO:

A presunção da notificação efetuada para o domicílio fiscal eletrónico opera no 15º dia posterior ao registo da sua disponibilização, sendo que o prazo só se inicia no 1º dia útil seguinte.

Antes o prazo era de apenas 5 dias.

PAGAMENTOS A PRESTAÇÕES DE DIVIDAS DE IRS E IRC:

As dívidas de IRS e IRC de valor igual ou superior a € 5.000 ou € 10.000, respetivamente, podem ser pagas em prestações, com isenção de garantia.

O pedido deve ser efetuado por via eletrónica até 15 dias após o termo do prazo de pagamento.

O Requerente não pode ser devedor de quaisquer outros impostos ou tributos administrados pela AT.

OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÕES DE FATURAS E ARQUIVO:

A comunicação passa a ser efetuada até ao dia 12 do mês seguinte ao da emissão da fatura (anteriormente era até ao dia 15).

Estas alterações entram em vigor em 1 de outubro de 2019.

SAF-T DE CONTABILIDADE

Em relação à submissão do ficheiro SAF-T da contabilidade para efeitos de pré-preenchimento dos Anexos A e I da IES, é alterado o quadro legal no sentido de serem excluídos, previamente à submissão do ficheiro, os campos de dados que sejam considerados de menor relevância ou de desproporcionalidade face ao âmbito e objeto do presente diploma, designadamente dados que possam por em causa deveres de sigilo que legal ou contratualmente os sujeitos passivos se encontrem obrigados.

A definição dos campos relevantes a excluir e dos procedimentos técnicos a adotar serão definidos por decreto-lei.

O Gabinete Jurídico e Fiscal da AIRV está ao dispor de todos os associados para a prestação de mais informações ou esclarecimentos.

CONHECER PARA CRESCER

AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu

Edifício Expobeiras – Parque Industrial de Coimbrões – 3500 618 Viseu
Tel: 232470290 Fax: 232470299 Email: chenriques@airv.pt www.airv.pt